

## Posseiros não querem sair da Área Tupinimkim- Guarani

A Justiça Federal não consegue retirar todos os posseiros que ocupam a área indígena Comboios, de 2.500 hectares, dos índios Tupinimkim e Guarani, em Aracruz, no Espírito Santo. O principal motivo é que o oficial de justiça não consegue encontrar ninguém em casa quando vai cumprir a lei. A liminar de despejo, expedida em 13 de agosto, pelo juiz da 4ª Vara federal Macário Júdice Neto deu prazo de dez dias para a saída das famílias. Os posseiros apostam na lentidão da Justiça e até mesmo zombam dos índios que se mantêm à espera de um despecho de forma pacífica.

A ordem de desocupação foi concedida a pedido do Procurador da República no Espírito Santo, Elton Ghisel, contra 19 famílias. Não é a primeira vez que os posseiros inventam motivos para adiar a saída da terra. Após os 10 dias concedidos pela liminar, duas famílias solicitaram mais um mês de prazo, vencido em 28 de setembro. A maioria dos posseiros não mora em Aracruz, mas mantém outras pessoas para "guardar as posses". A liminar judicial impõe multa de mil reais para cada dia de descumprimento, mas até agora ninguém foi cobrado e o problema permanece.

O Cimi e os índios apelam para que a Procuradoria Federal interfira outra vez buscando outra solução, já que o clima na região é hostil. A comunidade indígena está tendo problemas para produzir seu próprio sustento, já que as melhores terras estão nas mãos dos posseiros. A área indígena Comboios, juntamente com as terras indígenas Caieiras Velha e Pau Brasil, são áreas demarcadas e homologadas, totalizando 4.492 ha. Os Tupinimkim e Guarani reivindicam mais 13.579 hectares correspondente à ampliação da área Comboios e unificação com as terras indígenas Caieiras Velha e Pau Brasil. Parte da área reivindicada está invadida pela empresa Aracruz Celulose.

**(Kátia Vasco)**

Procuradoria  
out-1997